

**CANDOMBLÉ E ENSINO DE HISTÓRIA:
O que podemos aprender com os saberes tradicionais?**

TEACHING HISTORY AND CANDOMBLÉ:

What can we learn with traditional knowledges?

Leonardo Silva Oliveira^()*

Resumo

O presente trabalho é um recorte da dissertação “Candomblé e Ensino de História: o terreiro como um local de ensino-aprendizagem - O caso do Ilé Axé Tobi Babá Olorígbin (2013-2020)”, defendida em 2022 no Programa de Pós-graduação em Ensino de História da Universidade Federal de Uberlândia (PROFHIS). Neste texto, discutimos como o Ensino de História e os saberes tradicionais da cultura afro-brasileira podem ser importantes no espaço da sala de aula. Para realizar análise, nos apoiamos em entrevistas orais de professores da rede básica e superior, bem como nas reflexões de Quintana (2016) e McLaren (2014). Entendemos que a forma de se aprender e ensinar dentro do Candomblé, que traz aspectos das culturas africanas das quais ele descende, é bem diferente do que é colocado nas escolas hoje em dia, com um currículo predominantemente eurocêntrico e capitalista. O Candomblé também se relaciona com o dinheiro, mas por uma perspectiva diferente.

Palavras-chave: Cultura Popular e Saberes Tradicionais. Candomblé e Ensino, Ancestralidade. Valores Civilizatórios Afro-brasileiros.

Abstract

The present work is an excerpt from the dissertation “Candomblé and History Teaching: the terreiro as a place of teaching-learning - The case of Ilé Axé Tobi Babá Olorígbin (2013-2020)”, defended in 2022 in the Mastering Program in History Teaching at the Federal University of Uberlândia (PROFHIS). In this text, we discuss how the Teaching of History and traditional knowledge of Afro-Brazilian culture can be important in the classroom. To carry out the analysis, we relied on oral interviews of teachers from the basic and higher education, as well as on reflections by Quintana (2016) and McLaren (2004). We understand that the way of learning and teaching within Candomblé, which brings aspects of the African cultures from which it descends, is very different from what is taught in schools today, with a predominantly Eurocentric and capitalist curriculum. Candomblé is also related to money, but from a different perspective.

Keywords: Popular Culture and Traditional Knowledge. Candomblé and Teaching, Ancestry.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é um recorte da dissertação “Candomblé e Ensino de História: o terreiro como um local de ensino-aprendizagem - O caso do Ilé Asé Tobi Babá Olorígbin (2013-2020)”, defendida em 2022 no Programa de Pós-graduação em Ensino

^(*)Mestre em Ensino de História pelo Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. Analista pedagógico na rede municipal de educação de Uberlândia.

E-mail leonardoliveir@gmail.com

de História da Universidade Federal de Uberlândia (PROFHIS)¹. Aqui discutimos como o Ensino de História e os saberes tradicionais da cultura afro-brasileira podem ser importantes no espaço da sala de aula. Para debatermos tal assunto, nos apoiaremos nas entrevistas orais de professores universitários e professores de História da rede estadual e municipal de Ituiutaba, buscando trazer a visão desses sujeitos que estão envolvidos em uma religião que traz saberes ancestrais, ou que já tiveram contato e (re)conhecem sua importância para a efetivação de uma educação antirracista.

As entrevistas serão analisadas em consonância com debates de outros autores sobre a questão do ensino dentro do terreiro de Candomblé, sobre como se aprende dentro desse local, as hierarquias e ciclos de aprendizagem. A pesquisa foi realizada antes da implementação do novo Ensino Médio.

2 COMO TRABALHAR A RIQUEZA DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA EM SALA DE AULA? A experiência dos professores

Nesse item, analisaremos as entrevistas feitas com professores. No entanto, antes de analisarmos as fontes orais, é necessário que alguns apontamentos sejam feitos. Para adentrar o debate, nos aproximamos das reflexões de Alessandro Portelli (1997) a respeito da “diferença das fontes orais”.

O autor aponta que as fontes orais e escritas não são antagônicas, como muitos pesquisadores acreditavam. A fonte oral permite a pesquisa com povos que não possuem cultura escrita, ou com pessoas que não foram alfabetizadas, mas o seu potencial não se limita a isso. Ela também pode ser importante quando já existem documentos escritos dentro de uma pesquisa.

O documento escrito também é produzido por alguém, segundo determinadas normativas, não sendo passível de objetividade. Até mesmo um depoimento em um processo judicial, como é apontado por Portelli (1997), é mediado pelo juiz, que informa ao escrivão o que deve ser registrado nos autos do processo, e são inquestionavelmente aceitos como documentos e fontes históricas. Logo, a fonte oral não é menos ou mais confiável do que outras, desde que entendamos e tenhamos o discernimento do porquê estamos utilizando-a e como isso vai agregar a pesquisa.

Portelli (1997) aponta que a narrativa oral nos traz aspectos que podem ser ricos para certas abordagens de pesquisa. A entonação é um aspecto importante, pois a

¹ Trabalho orientado pela prof. Dra. Ivete Batista da Silva Almeida

velocidade, altura, intensidade do que é falado pode mudar totalmente o sentido, pode trazer outros aspectos que seriam impossíveis de serem analisados em fontes escritas. Dessa forma, a História oral conta mais sobre significados do que sobre eventos. Ela pode, em alguns casos, lançar luz aos eventos, mostrar outras tramas, outras visões, mas não é necessariamente o seu papel.

Para o autor, as fontes orais “contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo o que agora pensa que fez” (PORTETLLI, 1997, p. 31) Então, a sua riqueza para a interpretação reside nisso, no fato de trazer a subjetividade dos atores para a escrita da História.

A História oral é resultado de um “projeto compartilhado” entre o entrevistador e o entrevistado. Ela é um produto, algo que o pesquisador entendeu que seria interessante produzir e assim o fez. Logo, este é o responsável por definir as perguntas, selecionar, os entrevistados, em suma, responsável pela totalidade do discurso, que é produzido mediante uma metodologia.

Dessa forma, não buscamos trabalhar com a fonte oral como forma de “preenchimento de lacunas” das fontes escritas, nem mesmo como “curadora de todos os problemas”. As entrevistas foram pensadas de forma que as perguntas fossem abertas e dessem liberdade para o entrevistado se posicionar e se expressar. Durante a realização da entrevista, foram tomados os cuidados para que o entrevistado falasse e as dúvidas fossem tiradas depois, de forma a não interromper ou induzir a narrativa, como aponta Portelli (1997).

Os entrevistados foram escolhidos de acordo com a sua relação com a casa de Candomblé estudada e com a educação. Dessa forma, entrevistamos o sacerdote da casa, dois filhos de santo (sendo uma professora do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Uberlândia – campus pontal e outro professor de História na rede estadual do município de Ituiutaba), mais duas professoras de História, uma da rede estadual e outra da rede municipal da cidade. No caso, foram selecionados professores que entendem da questão étnico racial, que reconhecem a sua importância e trabalham os conteúdos, buscando aplicar a legislação vigente sobre o assunto.

Os 5 entrevistados são: Iago Barbosa e Luana Regina Mendes Rafael, ambos professores de História da rede estadual de Ituiutaba-MG, Suzana de Paula Rodrigues, professora de História da rede municipal de Ituiutaba, Anderson Portuguez, sacerdote do Ilé Asé Tobi Babá Ologibin e professor do curso de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, e Mical Marcelino, professora do curso de Pedagogia da UFU.

Mical e Iago são membros do Ilé Asé² estudado, sendo Mical yawo e Iago abyan na casa³.

Iago, que é professor de História na rede pública estadual de Ituiutaba, 29 anos, nos traz a seguinte fala:

a cultura afro-brasileira é uma parte significativa da História brasileira, de todos nós. Acho que não dá pra explicar, ensinar, trabalhar a História do Brasil sem passar por essa vertente da cultura afro-brasileira. Ela é importante também no sentido de valorizar as tradições, os aspectos... pra gente promover uma maior auto estima dos alunos negros e afro-brasileiros que estão dentro da sala de aula e são tão marginalizados, os traços culturais deles... O próprio... As próprias características físicas desses alunos são tão marginalizadas, discriminaliza... discriminadas, então eu acho que trabalhar isso favorece melhor a autoestima desses alunos. Conhecer esses aspectos importantes da História brasileira” (BARBOSA, Iago)

Iago fala através da sua realidade na sala de aula e enquanto professor de História. O entrevistado nos traz a importância de promover a autoestima dos alunos negros na sala de aula, já que são tão marginalizados e, inclusive dentro do próprio currículo, a seleção de conteúdos a serem ensinados. Por muito tempo seus traços culturais, suas tradições não foram ensinadas, foram negadas, escondidas. Hoje, existe a Lei 10.639, no entanto, ainda há caminhos a serem percorridos para a implementação da lei.

Conhecer a História brasileira por uma ótica mais ampla, que valorize também a cultura afro-brasileira, não apenas no sentido festivo ou de contribuições, mas sim na sua real importância e participação, contribuiria para um melhor reconhecimento e integração dos sujeitos racializados a sua compreensão de sociedade, a sua autocompreensão enquanto cidadãos, logo isso reflete na autoestima do aluno, segundo o entrevistado.

Iago ainda nos traz outro ponto, que é referente aos índices estatísticos sobre a população negra:

[...] pelos próprios índices que a gente vê, tanto na educação superior quanto na educação básica, né, o grande número de evasão de alunos negros, é... o tipo de educação que a gente tem aqui no Brasil, que é uma educação eurocêntrica, professores que não estão preparados para trabalhar questões raciais na escola, questões relacionadas ao negro ou mesmo a religiosidade de matriz africana. É... Muitas vezes trabalhando isso só em datas específicas, ou mesmo quando trabalha, trabalha de forma equivocada, trabalhando de forma preconceituosa, reforçando estereótipos. Então acho que é

² Casa de Axé. Tradução livre.

³ Yawo se define por quem já é iniciado nos mistérios da religião, mas ainda não completou o ciclo de 7 anos, abyan é aquele que futuramente será iniciado.

importante para manter esse aluno na escola, é importante valorizar aquilo que é de origem negra e buscando manter esse aluno na escola enquanto política pública, já que a população negra é a grande maioria da população brasileira. Então acho que é nesse ponto. (BARBOSA, Iago)

Para Iago, a própria exclusão da cultura afro-brasileira do currículo por tanto tempo promoveu e ainda promove a evasão dos alunos negros da escola. Centrando a educação num currículo eurocêntrico, que não trabalhe todos esses aspectos que fazem parte de nossa sociedade, nós excluimos e discriminamos os sujeitos racializados, que não se identificam com a história da branquitude, que é voltada quase que unicamente a valorizar a ação e as iniciativas europeias no mundo. A História é até mesmo dividida em eras que só falam sobre o continente europeu, que nada tem a dizer sobre nós.

O professor também nos alerta para o fato de que isso não deve ser trabalhado somente em datas comemorativas, mas sim incorporado ao currículo cotidiano, aos conteúdos como um todo. Para Iago, é muito importante essa valorização visto que a maior parte da população brasileira é negra. Dessa forma, a importância do ensino da cultura afro-brasileira não se faz somente por conta da marginalização, da opressão, mas também por que é impossível explicar a História do Brasil de forma ampla sem falarmos também das várias manifestações culturais africanas que vieram para o Brasil na colonização.

Suzana nos fala o seguinte sobre a importância de uma educação étnico-racial que valorize a cultura afro-brasileira:

Eu acho bom pra transformar a visão de mundo, né, que tá dada. Essa visão hegemônica do branco bonito, do branco cristão, do homem, né, aquela questão bem patriarcal e sempre o sujeito de referência que a gente tem é sempre o sujeito branco, e que a referência dele tá na Europa. Quando a gente tem a Lei 10.639 e a 11.645 já é mudando esse olhar, o olhar muitas vezes ele não vai ser Europa, ele vai ser África, e aí quando a gente olha pra África como origem, as vezes até do mundo, isso muda a concepção de uma pessoa negra que tá aqui no Brasil, por exemplo. Então a gente trabalha a identidade nas pessoas negras, a questão de consciência crítica sobre o eu, a pessoa negra se entendendo, se descobrindo, se tornando crítica, se tornando poderosa, que conhecimento é poder. Ela ganha esse poder para ela enfrentar e pra ela questionar muitas vezes um espaço que vai estar ali oprimindo ela. Então, ensinar tais conteúdos, que vai trazer a África, que vai trazer o olhar pro sujeito negro, indígena, é propor essa virada mesmo na forma de se colocar no mundo, e na forma de... até que ponto criticar o que tá errado, que não tá legal. Acho que em resumo é isso. É dar poder. (RODRIGUES, Suzana)

Suzana traz também sua experiência como professora e mulher negra na sua fala, nos trazendo a ideia de que conhecimento é uma forma de poder. Logo, quando a gente muda a ótica pela qual a história é contada, traz os sujeitos racializados para contarem também sua história, para terem sua importância valorizada, olha para a África com um olhar menos estereotipado e preconceituoso, ajudamos a construir a identidade da pessoa negra, uma consciência crítica e uma forma dela se entender melhor, entender sua história. Para a entrevistada, isso daria poder a esses sujeitos para enfrentarem os infortúnios na sociedade.

Para a entrevistada, é importante questionar o padrão da branquitude que coloca que apenas o homem branco, europeu, cristão é o sujeito universal, o padrão de beleza, o sujeito essencial da História. Esse olhar deve ser questionado e ampliado, trazendo também a África, sua importância e não só sua “contribuição” na nossa História, mas sim sua participação. É necessário desconstruir a branquitude. (MCLAREN, 2004)

Luana, nos traz uma reflexão importante também sobre trazer a História dos sujeitos africanos e afro-brasileiros para a sala de aula.

Porque a gente pensa a História, ela tá sendo construída ali dentro da sala de aula, ela não pode valorizar só os grandes feitos do livro didático. Não. A História é o momento que a gente tem de ouvir os alunos mesmo, eles contam: "ah, aconteceu uma briga na minha rua" e isso é História, é a vivência daquele aluno, que muitas vezes a gente acha mais importante o aluno decorar um monte de fatos ali que não diz respeito a ele, não diz respeito a ninguém da sala. Isso é importante ou a vivência dele da rua dele, da comunidade dele? Então assim, o momento que a gente vê a religião de matriz africana, é todo mundo aprendendo ali junto, onde não tem uma hierarquia... tem lá as divisões, mas na hora do aprender é todo mundo junto, né, não tem o que sabe mais ou menos... todo mundo tem que ser ouvido. E acho que isso é muito importante pro Ensino de História, e não só pro Ensino de História, mas também pra vida mesmo, pra uma pedagogia, uma pedagogia pensando nisso, nesses modelos, eu acho que seria interessante se a gente adotasse isso pro ensino no geral, né. Porque a escola cria aquela divisão de quem sabe e quem não sabe, quem aprende e quem não aprende, quem consegue e não respeita ninguém, todo mundo falando junto, ninguém para pra ouvir, então, assim, trazer esses conhecimentos pra dentro do ambiente escolar acho que é muito válido, né. (RAFAEL, Luana)

Para Luana, trabalhar a História dos sujeitos que foram escravizados, racializados, é muito válido no sentido de trazer uma maior identificação dos alunos com a História. Para ela, seria até interessante se espelhar na forma como acontece a educação dentro do terreiro, onde estão todos em círculo, todos aprendem juntos. De fato, existe sim uma hierarquia, por questão de idade de santo, mas no momento de aprender todos se sentam para escutar o sacerdote.

Segundo a entrevistada, a escola deveria se inspirar mais nesse momento no qual “todos aprendem” e se preocupar menos em classificar os alunos entre “os que aprendem” e “os que não aprendem”, entre “bons” e “ruins”, bem como a própria organização da sala de aula, na qual todos falam ao mesmo tempo, ninguém respeita ninguém, não se exercita muito a escuta. Para ela, então, a forma que se aprende no terreiro é um exemplo para a escola, para repensar suas metodologias e práticas de ensino.

Luana nos trouxe um pouco também da sua experiência enquanto professora, e da sua visão sobre a situação.

Ah, então. Assim, o que a gente tem no currículo, na BNCC, ela deu uma cortada muito grande, né. Então cada dia que passa a gente tem que ir entrando dessa forma. Então eu entro no sexto ano e no sétimo ano, onde fala dessa relação entre África e Brasil, e aí a gente cai na religião, não tem como a gente falar nessa junção sem pensar em religião de matriz africana, e aí dá pra trabalhar. Eu percebo cada vez assim que quando vai pro nono, pro oitavo que já fica mais difícil casar esse conteúdo com o que está no currículo, então acaba que é mais difícil de trabalhar. No Ensino Médio, os meninos já tem uma ideia mais formada, eles já falam mais aberto que os menores, no Ensino Médio, e principalmente que lá na escola [...] eles tem um projeto de afro-cientistas. Então muitos já estão fazendo pesquisas relacionadas as religiões de matriz africana. Então quando você vai falar, eles falam: "ah, eu já tive contato com uma palestra, eu já tive contato com um curso. Muitos fazem curso com a universidade, então por ter esse projeto dentro da escola, que tá vinculado a Universidade Federal de Uberlândia, é mais fácil abrir um leque de discussões lá. E a escola tem um grupo que discute dentro da escola as relações étnico-raciais, ele é formado por todos os professores da escola, assim, todas as áreas do conhecimento, por que? Porque no início ficava em cima de História, Geografia, Filosofia e Sociologia e só esses professores levavam essas discussões pra dentro da sala de aula, e aí esses professores começaram a ver essas discussões e falar: "não, peraí, nas Ciências dá pra contribuir, dá pra contribuir na Matemática, na Língua Portuguesa, né, e aí agora a gente conta com pelo menos um professor de cada área do conhecimento, e aí isso enriqueceu bastante. Então a escola ela já tá dentro, ela abre momentos pras discussões dentro da aula, pra suprir essa necessidade do grupo.

A entrevistada nos mostra uma experiência positiva de uma escola em que trabalha, na qual já é desenvolvido o projeto Afro-cientistas, em que alunos negros, em uma parceria com a Universidade Federal de Uberlândia desenvolvem uma Iniciação Científica e tem contato com a universidade. Logo, esses alunos têm acesso a várias discussões que complementam a formação deles na escola, além de trazerem de volta para a escola muitas contribuições. A escola ainda incentiva os debates de forma interdisciplinar, onde professores de todas as áreas contribuem.

É interessante notar que em alguns espaços escolares a situação já se encontra mais avançada, os debates já são mais aceitos, colocados. Isso não muda o fato de que ainda temos muito caminho pela frente na implementação da lei e na superação do racismo, mas muitas ações já tem sido feitas no sentido.

Mas além de trabalhar essas questões na escola, também é importante que se atente a forma como isso é feito, como aponta Iago:

[...] Uma coisa importante que eu acho que como experiência própria eu tenho visto nessa questão racial dentro da escola, é mesmo esse ponto do despreparo de professores para trabalhar isso. Porque a gente tem professores que tem uma formação, se formaram há muito tempo atrás, ou tiveram uma formação que não abrangeu esse ponto, e aí eles acabam trazendo pra dentro da escola preconceitos, trabalhando isso de forma errada. Principalmente a questão da cultura negra, até que ela é mais aceita e bem trabalhada. Mas a questão indígena... eu já tive experiência de ver a questão indígena ser totalmente marginalizada, trabalhada de forma que reforça preconceitos contra os indígenas, desvincular isso da realidade da escola, como se nenhum aluno lá tivesse relação com a cultura indígena, e com a questão negra também, a gente percebe muito isso, porque as vezes isso é uma política pública, é colocado dentro da escola, é colocado nos currículos, mas aquele professor não é preparado pra trabalhar aquilo de forma satisfatória, aí acaba trabalhando, mas trabalhando numa forma que reforça preconceitos e acaba sendo pior do que se não tivesse trabalhado. (BARBOSA, Iago)

Para o entrevistado, é importante se ter o preparo e fazer o trabalho bem feito, de forma elaborada, pois o mesmo relata que já presenciou experiências onde o trabalho que foi feito acabava reforçando preconceitos e estereótipos, o que não favorece a auto estima dos sujeitos racializados, não promove combate as discriminações, injúrias raciais e ao racismo.

Luana nos traz um breve relato sobre sua relação pessoal e profissional com o tema, bem como de que forma trabalha:

Hoje em dia já consigo trabalhar bem dentro das minhas aulas, e principalmente com segurança, pra não ter nenhum tipo de questionamento. "Ah, por que tá trabalhando uma religião específica?" e assim, hoje eu já consigo ter um argumento, falar da importância de trabalhar e principalmente da valorização. Eu venho percebendo que a cada ano que passa os alunos se sentem mais a vontade de falar que são, que frequentam. As vezes a gente tá ensinando assim as revoltas protestantes, os alunos falam "ah, eu sou protestante, eu sou da Igreja Evangélica" e a gente o tempo todo tá falando da Igreja Católica. O conteúdo de História é marcado pelo catolicismo e acaba que muitas vezes quando vai tratar das religiões de matriz africana, a gente pensa: "ah vai dar problema". Tem muito professor que não gosta de trabalhar, só que quando você começa a

desenvolver trabalhos dessa forma, você vai vendo que é mais uma religião ali que tem alunos que fazem parte, que na hora que você fala com naturalidade, ele fala "nossa, professor, eu participo", e aí traz a sua experiência. As vezes não, todas as vezes com muito mais detalhes do que eu conseguiria, como eu não faço parte. Então, pra eles, eles veem com experiências de vivência mesmo. Muitos estão há muito tempo desde criança, alguns já nasceram na religião, então eles trazem, contribuem muito pros colegas. Os colegas veem como só uma religião mesmo.

Luana nos mostra aqui uma forma positiva de trabalhar, integrando o tema dentro da sala, buscando trazer como uma religião "normal" como todas as outras, como uma forma de ver o mundo, e que acaba por integrar os alunos que fazem parte, que se sentem vistos, representados, e acabam contribuindo com a aula "até mais do que a professora", como a mesma diz, por não fazer parte da religião.

Tais práticas são importantíssimas para que as pessoas que praticam essas religiosidades se sintam incluídas, sintam que sua cidadania está sendo respeitada. Não é trabalhar enquanto folclore, enquanto algo excêntrico, mas sim como uma religião que existe e é praticada por pessoas, buscando algum princípio de evolução moral, espiritual, pessoal, da mesma forma que a Igreja Católica ou Protestante são vistas e respeitadas. Obviamente, não podemos esquecer que é uma religião que na maioria das vezes é praticada por sujeitos racializados, devido a sua matriz afro-brasileira.

Importante lembrar que quando falamos de sujeitos racializados estamos falando também dos povos indígenas, como Iago ressalta, e até mesmo sobre os asiáticos. O foco da nossa pesquisa é sobre a cultura afro-brasileira, mais especificamente na sua manifestação no Candomblé, dessa forma não aprofundaremos nos outros pontos, mas reconhecemos a importância da educação étnico-racial que englobe todos os sujeitos racializados.

Anderson Portugal, professor do curso de Geografia do Instituto de Ciências Humanas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia (ICH-PO-UFU), e sacerdote do Ilé Asé Tobi Babá Olorigin, nos fala sobre como ele vê a questão do ensino da cultura afro-brasileira nas escolas.

Eu acho que o ensino da cultura afro-brasileira é tão importante quanto o ensino da cultura indígena. Eu não gosto da ideia de dissociar um grupo subalternizado de outro. Quando a gente fala em questões étnico-raciais, nós não estamos falando somente de negros. Nós estamos falando de negros, indígenas, refugiados e imigrantes. Todos esses grupos são permeados pelo racismo. O racismo dói no preto tanto quanto dói no indígena. Então, dentro do terreiro, eu

procuro trabalhar essas questões, como aqui é uma religião de matriz africana, a gente acaba falando bastante das questões africanas, das questões afro-brasileiras, mas as questões afro-brasileiras não doem mais, né, no coração de um preto ou pardo, do que doeria as questões indígenas no coração de um indígena, de um integrante de um povo indígena. Então, o racismo ele é perverso, cruel e dilacerante para todo e qualquer ser humano. Ele precisa ser entendido como um todo, e todo e qualquer movimento social de base precisa lutar em conjunto. Eu preciso me importar com a dor do índio, o índio precisa se importar com a dor, né, do afro-descendente, para que a gente, juntos, possa conseguir construir uma sociedade não racista. Não adianta eu combater o racismo contra os afro-descendentes, deixar o indígena de lado, deixar o amarelo de lado, deixar qualquer “pessoa de olinho puxado” ser chamado de japa, essa generalização idiota que existe em relação aos amarelos. A gente não pode deixar as pessoas falarem comuna-virus, como foi falado durante a pandemia. Uma nítida atitude racista em relação aos amarelos. Então, toda e qualquer atitude racista precisa ser combatida. Então, a questão étnico-racial passa por aí, a educação passa por aí, a educação para a diversidade cultural passa por aí, e eu já vou além da questão afro-brasileira. Eu acho que discutir as questões afro-brasileiras não são suficientes. Tem que avançar para outras questões étnico-raciais, porque se sobrar uma manifestação de racismo a luta não valeu a pena. (PORTUGUEZ, Anderson)

Iago e Anderson ressaltam a importância de que as lutas estejam acopladas e não separadas, cada uma no seu quadrado. Anderson aponta para a importância de compreender o “racismo como um todo”.

Para Portugal, o racismo deve ser entendido como uma coisa ampla, que fere negros, indígenas, asiáticos e todos os sujeitos racializados pela branquitude. Podemos perceber que Anderson se coloca num lugar de pessoa pública, sua fala é direcionada para uma questão mais ampla, traz diagnósticos mais profundos sobre a questão. Notamos que ele fala enquanto um sacerdote e professor universitário. O entrevistado traz uma análise mais consolidada sobre a questão, não somente a sua visão pessoal ou as suas experiências sobre o tema – não que isso não tenha importância ou seja relevante.

Mical, que é professora universitária do Curso de Pedagogia do ICH-PO-UFU, e candomblecista, para falar sobre a importância do estudo da questão, nos trouxe um exemplo de vivência da sua irmã, exemplificando na prática o que é a exclusão racial na sociedade. A entrevistada nos disse o seguinte:

Ah, fundamental, não é, ontem ainda tava conversando com a minha irmã. A gente tem um amigo em comum e ele fez uma postagem, ele tirou uma foto dele com a esposa numa praia razoavelmente badalada de São Paulo. O acesso é mais difícil, só chega de carro, a hospedagem é mais cara e tal. Aí ele comentou, né,

que ele fez a postagem e colocou que ele já estava na praia com a esposa dele a cerca de 3 horas e até aquele momento ele só tinha visto ele mas duas pessoas negras que não tivessem trabalhando, que não tivesse ali desfrutando da praia enquanto lazer. E aí uma outra pessoa foi lá e comentou assim: "ai nossa, que curioso isso. Eu não percebo dessa forma". Aí eu falei para minha irmã: "não, poxa, esse é um lugar comum, né?" que a gente já, parece que é uma fala até vazia para gente falar. Gente, é só você olhar em volta e quais lugares as pessoas negras tem ocupado? Mas ainda, quando uma pessoa fala uma coisa, tem esse tipo de reação. Tava conversando com a minha irmã como ainda é importante, né, a lei 10639 tem mais de 10 anos, né, e a gente fala: "toda hora esse povo fala da lei", gente, tem que falar! [...] É, é de 2003. Então ainda tem necessidade mesmo, não é chatice mesmo, a gente fala porque precisa falar, porque é fundamental. E também para desconstruir estereótipos mesmo, né, porque tudo que é relacionado a cultura afro-brasileira é demonizado, é do mal e não sei o quê. Então é uma coisa que precisa ser feita. Nas ações que a gente participa a gente percebe como sempre tem alguém que a tem coragem de falar, por que tem as pessoas que pensam e as pessoas que falam, né: "ai, nossa, eu nunca imaginei", "ai Exu para mim sempre foi não sei o quê", "ai eu achava que, né". Eu lembro a minha mãe quando, a primeira vez que ela foi. A primeira e a única vez que ela foi lá na casa, né, foi na saída do Charles, se não me engano. Ela tinha vindo do meu aniversário, o Odun do Charles⁴ é um dia depois do meu aniversário. E aí eu fui, e quando ela chegou lá e viu a casa toda branca, casa de Oxalá, né, ela falou: "nossa, mas tão Branca a casa, eu achava que era uma coisa assim, super, né?" Mas não é porque africano que é colorido, que é exótico, que não sei o quê. Então você vê assim os estereótipos, né, os estereótipos que ainda circulam. Então acho que é fundamental assim, a gente precisa mesmo continuar, acho que é ampliar, aumentar o número de pessoas, né, comprometidas com essa temática e outros espaços também que não necessariamente a escola, né? (MARCELINO, Mical)

A entrevistada aponta a necessidade desconstruir estereótipos, de falar da lei e ensinar a cultura afro-brasileira nas escolas. Para justificar a fala, ela traz o exemplo real vivenciado pela irmã, numa praia cujos frequentadores são pessoas que possuem maior poder aquisitivo. No lugar, quase não se veem negros, e algumas pessoas, como a mesma cita, ainda afirmam que “não enxergam dessa forma”.

Ainda hoje muitas pessoas desconhecem a importância da questão, ou não mesmo se preocupam, por isso a entrevistada, mobilizando sua experiência pessoal, afirma que é necessário falar sobre a lei, e isso é muito percebido nas ações pedagógicas

⁴ Quando a entrevistada afirma “Odun do Charles” ela fala sobre o rito de iniciação de um irmão de santo. Quanto a pessoa se inicia na religião, ela cumpre um ciclo de 21 dias recolhida no terreiro, no qual são realizados determinados rituais que visam “matar” a pessoa para o mundo profano e “renasce-la” para o mundo espiritual, de acordo com a crença da religião. O momento narrado pela autora, seria no fim deste ciclo, no qual o Yawo sai do recolhimento e é apresentado para a comunidade numa festa pública. Para saber mais, ver VERGER, Pierre. **Orixás: Deuses iorubás na África e o novo mundo**. Salvador: Fundação Pierre Verger, 2018.

em que a mesma participa sobre o tema, onde os professores que participam sempre trazem questões que mostram a ignorância que ainda existe sobre esses temas.

Para Mical, é importante esses questionamentos das pessoas que “tem coragem de falar”, porque são nesses momentos que percebemos onde precisamos avançar, atuar, quais preconceitos precisamos combater e desconstruir, como a mesma cita quando a mãe vai visitar o terreiro que ela faz parte e se assusta por encontrar tudo branco, se tratando de uma casa de Oxalá. Para ela, deveria ser tudo colorido, exótico, forma estereotipada que os africanos são representados e vistos.

Quando questionada sobre a importância dos saberes tradicionais preservados em comunidades de Candomblé podem contribuir com a formação de um professor, Mical nos aponta o seguinte:

Quando você falou dos saberes tradicionais eu lembrei de uma experiência que a gente teve um PIBID de afro-letramento, né, que trabalhou com o Congado. a gente trabalhou com o Congado, trabalhou com a Capoeira, mas acho que o que mais impactou, né, foi a questão do Congado, né. A gente trabalhou por um bimestre, a culminância do trabalho, a data final né do trabalho, era a festa, né, então as bolsistas por exemplo, foram para casa da Luciane, ajudaram a organizar o café, vivenciaram uma festa, né, como um todo e na escola, né, quando a gente foi levar essa proposta e pensando nos valores, né, naquele texto da Rosa Margarida, né, que ela fala da pedagogia da tradição, da circularidade, da corporalidade, da oralidade, musicalidade, né, que são valores que organizam a forma de ensinar e aprender em culturas tradicionais de matriz africana, né. Quando a gente foi, a gente organizou o projeto por esse viés, começou a aparecer nos alunos das escolas que a gente tava trabalhando: o aluno que era Capitão, o aluno que era isso, o aluno que era uma liderança no dele. Duas coisas assim: então, até eles se sentirem assim, né, a vontade para se pronunciar, a gente já tinha feito um trabalho de valorização do Congado, de mostrar como era tal. E outra, não raro eram alunos que não se encaixavam na organização escolar. Era aquele aluno que é difícil, é o aluno que não aprende, não sei o que, o aluno feijão perdido. E aí a gente ficou se perguntando, né, como é que um aluno que na escola não aprende, não consegue se organizar, se submeter a regras e tal, ele consegue ser é uma liderança numa organização que é muito mais rigorosa como é o Congado, né. Então como é que a gente tem um aluno que... é... ele na escola, ele é agressivo, ele é violento, ele não submete, ele não faz a lição e não quer aprender. Mas no terreiro que ele frequenta de Candomblé ele é Ogan. Ou seja, tem uma liderança, exige uma disciplina e muito mais rigorosa que a disciplina da escola se a gente for ver. Então acho que por aí esses valores, né, esses saberes, eles ensinam muito para gente. Uma outra forma de organização, outra forma de ensino-aprendizagem que diz muito mais da gente assim, né, talvez a coisa não funciona tanto na escola porque aquele sistema, aquelas regras, aquela coisa hierarquizada, um atrás do outro, né, talvez aqui não faça sentido. E na comunidade que ele está inserido, a circularidade, oralidade, com toda a disciplina que a gente sabe que tem, com todo rigor que a gente sabe que tem, faz mais sentido. Então eu acho que a gente olhar, a gente enquanto professor, olhar

para esses saberes, né, ouvir dos mestres, das lideranças do zeladores, como é que funciona, como é que a gente aprende lá no terreiro, como é que ensina, como é que, como é que você cresce, né, se aprofunda. Eu acho que tem umas dicas aí para gente, como a gente pode se organizar enquanto escola, né, de uma maneira que diga mais e faça mais sentido para essa comunidade. Porque a gente querendo ou não, né, o modelo da escola é eurocêntrico, né, aquela coisa assim militar, quadradinha. O professor, o aluno, né, e a gente querendo ou não, negando ou não, as nossas raízes não são exclusivamente europeias, né, a gente traz a nossa identidade da nossa casa, nossa cultura e questões da ancestralidade africana, da ancestralidade indígena. Então, se funciona lá no terreiro, se funciona lá no Congado, se funciona lá na capoeira, a gente tem que ouvir essas pessoas falar. "Então me ensina como é que você consegue fazer isso, esses meninos que lá a gente não consegue" e não é no sentido de dominar, né, isso aí também um conceito bem horroroso, eurocentrico e tal. É no sentido de acolher mesmo, de fazer acontecer. Ué, porque lá ele aprende, aqui ele precisa aprender também. Gente, então como é que você está fazendo aí que está funcionando e que eu não tô dando conta, né? Eu acho que os saberes tradicionais, as formas de circular conhecimento, desses espaços têm muito a ensinar para gente professor assim. (MARCELINO, Mical)

A entrevistada cita a experiência do PIBID Afro-letramento⁵, projeto na qual ela ajudou a coordenar que os bolsistas (alunos da graduação em pedagogia) iam para escola para aprender com a prática escolar dos professores e, ao mesmo tempo, buscar desenvolver atividades de valorização de conceitos africanos, como os de musicalidade, oralidade, circularidade e corporalidade. É interessante o que a entrevista nos fala, citando exemplos percebidos por ela e seus bolsistas, sobre os alunos que não se encaixam na organização escolar, mas é uma liderança na Congada, é um Ogan⁶ dentro de um terreiro. Na organização escolar ele não consegue se colocar, se entender, mas na organização familiar, que provém de uma ancestralidade, de um saber-fazer que é passado de geração em geração, a gente vê a mesma pessoa liderando, tendo postos importantes.

É importante ouvir das lideranças de terreiro, de congado, entender como é que se aprende naquele espaço, como é feita a organização, o respeito a hierarquia, pois se o aluno aprende lá é porque aquilo faz sentido para ele. Será que a educação escolar de matriz eurocêntrica faz sentido para esses sujeitos? A entrevistada levanta uma questão muito importante, que podemos até mesmo relacionar com o que o entrevistado Iago traz sobre a alta evasão escolar de pessoas negras. Será que esses sujeitos não evadem

⁵ PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação da Docência. PIBID afro-letramento era um projeto de iniciação a docência com ênfase nos saberes afro-brasileiros e em letramento das crianças.

⁶ O Ogan ou Ogã é responsável por tocar os instrumentos nos trabalhos de Umbanda e Candomblé, é através do seu toque e ritmo que as entidades e Orixás/Voduns/Inquices dançam e se manifestam. É um posto muito importante dentro do Candomblé, são considerados pais de todos os filhos de santo.

da estrutura escolar por falta de identificação? Por falta de se sentirem parte, de serem reconhecidos, representados? Pelo preconceito, exclusão?

Sobre a importância dos saberes tradicionais, Iago nos diz o seguinte:

É uma outra forma de prática, de saber, que não é o saber do livro didático, o saber da academia, valoriza esse outro tipo de conhecimento, que muitas vezes o aluno tem contato com esse tipo de conhecimento com os avós, pelos pais, e com a escola trazendo isso, com o professor tendo um traquejo pra trabalhar com isso, vai valorizar esse tipo de conhecimento e acho que é bastante positivo [...]. (BARBOSA, Iago)

Os saberes tradicionais se fazem importante dentro do Ensino de História porque são uma outra forma de se ver as questões, que não é igual ao saber da academia – e nem pior, ou melhor que esse. São conhecimentos associados a vivência, ao dia a dia, as plantas, a observação e vivência da natureza, dos processos e ciclos naturais. Para Iago é muito positivo que isso seja trazido para a sala de aula, pois é também uma forma de trazer o saber prévio do aluno para a sala de aula.

Sobre essa questão, Anderson Portuguez nos traz uma visão importante enquanto sacerdote.

Primeiro porque esses conhecimentos não são necessariamente capitalistas. Então nós temos uma visão de mundo que integra muito mais o ser-humano com a natureza, o ser humano com o seu entorno e consigo mesmo, né, então a gente tem aí o eu comigo mesmo, eu com o outro e o eu com o ambiente, né? Então nessa perspectiva, nós temos uma série de práticas que não são nem um pouco capitalistas, porque são baseadas numa cultura de cultivo, uma cultura de troca e não de venda, necessariamente. Uma cultura de partilha, uma cultura de, é... ajuda mútua, de solidariedade, acima de tudo, em todos os sentidos. E isso evidentemente não combina nem um pouco com essa sociedade individualista, esgarçada e em crise que nós estamos na atualidade. Também é importante porque é uma cultura que promove o acolhimento e o entendimento. Não necessariamente a concordância com tudo que as pessoas fazem, mas o acolhimento, o entendimento e o aconselhamento. Partindo do princípio de que os mais velhos, evidentemente, são os repositórios da sabedoria, os ancestrais são repositórios de sabedoria, e isso pode ser passado para os mais jovens para eles terem uma vida melhor. Isso também não combina com o capitalismo. Então, evidentemente, nós temos alguns embates aí. O capitalismo quer vender remédio, não quer vender uma erva pra se fazer o chá. Ele não quer que a gente colha, que a gente saiba qual erva que está na mata que a gente pode ir lá buscar pra fazer um chá. Ele quer vender remédio, né? O capitalismo quer vender marca, ele não quer que a gente aprenda a costurar, ele quer vender a comida, não quer que a gente aprenda a cozinhar, e na comunidade do terreiro se aprende a limpar, lavar, cozinhar, costurar a própria roupa, cozinhar a própria comida, costurar a própria roupa, limpar a própria casa, viver em comunidade uma nova noção de família, uma nova noção de acolhimento familiar. Então, nosso estilo de viver que é um

estilo comunitário, né, hierarquizado por relações religiosas, mas comunitário em sua essência, não interessa ao capitalismo. (PORTUGUEZ, Anderson)

É interessante como o sacerdote e professor coloca a questão dos saberes tradicionais em oposição ao capitalismo. O capitalismo trabalha com o individualismo, com o lucro acima de tudo, diferente da forma como o ser humano é visto ali dentro do espaço do terreiro.

O Candomblé, para Anderson, se forma numa cultura de partilha, de coletividade, de cultivo, de troca, de ajuda mútua. Ele busca acolher a todos, independente do seu estilo de vida. A própria valorização aos mais velhos, ao saber legado pelos ancestrais, já colapsa com a visão do capitalismo de querer e buscar sempre a novidade.

Logo, para que se compreenda melhor uma comunidade de Candomblé e o seu funcionamento, é necessária uma descolonização do olhar. É um local que não é essencialmente capitalista. Ele dialoga com o capitalismo em alguns pontos, visto que o dinheiro é utilizado no Candomblé, mas a sua essência nega o estilo de vida capitalista, segundo Anderson.

Para os entrevistados, então, é importante o olhar para os saberes tradicionais, para sua forma de organização. Questões importantes são levantadas pela fala dos entrevistados: por que o aluno que é liderança na Congada ou no Candomblé, as vezes não se adequa as normas escolares? O que a cultura tradicional representa para estes sujeitos e qual é o lugar da escola na vida dessas pessoas? Seriam as chamadas culturas tradicionais uma forma anticapitalista de organização e por isso mesmo se choca com as instituições que são bem formatadas pelo capitalismo? Todas essas são questões importantes de serem pensadas e debatidas com professores já formados ou em formação.

O Ilé Asé Tobi Babá Oloriginbin, como relatado no capítulo 1, possui já uma atuação na educação, no sentido de organizar formações de professores e de ter fundado uma editora, a Editora Barlavento. Sobre isso nos fala Anderson

Isso acontece pelo fato de eu ser professor. Isso não tem a ver necessariamente com o Candomblé. Tem a ver com o fato de que eu sou professor. Então, evidentemente a gente acaba trabalhando bastante as questões educacionais dentro do terreiro por causa disso. Existe hoje no Brasil um movimento de valorização, né, de grupos de estudo, de pesquisa, e práticas pedagógicas dentro de terreiro, até porque hoje em dia a gente tem uma quantidade muito grande de pessoas com formação universitária dentro dos terreiros, e nós temos também

movimentos sociais que emergem dentro dos terreiros, então, existe uma politização maior. Mas cada terreiro faz do seu jeito. Em alguns você tem um envolvimento maior com política, em alguns você tem um envolvimento maior com movimento negro, em alguns você vai ter o movimento maior, um envolvimento maior com questões indígenas, em outro você vai ter um envolvimento muito grande com os direitos humanos de modo geral. Em alguns mais específicos a questão da mulher, sobretudo onde existe a questão do matriarcado. Então a gente percebe que no Candomblé, na Umbanda hoje, existe muito mais politização que no passado e a gente está tirando proveito desse momento, e cada um está fazendo de acordo com o que é confortável para aquela comunidade, e no caso aqui, eu achei que seria mais interessante nós trabalharmos a educação e a formação de professores pelo meu ofício de professor. (PORTUGUEZ, Anderson)

Para Anderson, o fato de o seu terreiro trabalhar com educação se deve a ele ser professor. Como o mesmo aponta, hoje em dia há uma politização maior dos terreiros de Candomblé e cada um atua dentro do que forma mais a sua identidade e a sua história. No seu caso, por ser professor, ele traz em seu terreiro a linha educacional. Logo, o terreiro vai ter a cara e o direcionamento do sacerdote.

Mical, que participou da fundação da casa, nos traz outras informações referentes a essa questão:

Quando a gente foi, quando o Babá resolveu fundar a casa, ele já tinha uma orientação, que era uma orientação espiritual de que o terreiro deveria ser também um lugar de educação. Então, até semana retrasada a gente tá tendo um estágio não escolar da pedagogia lá no terreiro, né. Tem duas, três Estagiários lá. E aí ele foi conversar com as meninas e ele falou, então, aí que elas perguntaram, né, da onde saiu essa ideia de juntar religião com educação. Ele falou: não, a ideia não foi minha. A ideia foi do Pai Joaquim que é o mentor espiritual da casa, né? Na Umbanda ele é o líder e o chefe da Umbanda. E aí ele orientou que ele abrisse o terreiro, mas que esse terreiro não fosse só... não fornecesse somente um atendimento espiritual, religioso, mas também atendesse aí a questão da educação. Na época a gente não sabia muito bem não que que o pai Joaquim queria com isso. "Mas como assim, né?" Terreiro, educação, papapa. E aí, a primeira ideia, né, já estava no Regimento lá, na proposta de regimento que a gente foi votar, naquela reunião de fundação. Já tinha a ideia da editora, né, então primeira coisa que o terreiro encampou foi a ideia de uma editora comunitária, né, que é a Editora Barlavento. Então ela surge como uma possibilidade de democratizar um pouco mais dos saberes que a universidade, né com um foco especial nas questões que nos interessam. Então tem as publicações tem publicações de N áreas, de áreas diversas, mas tem ali, nunca vai deixar de ter, porque é o nosso carro-chefe, vamos dizer assim, as publicações de religiosidade, né, ciência da religião, as publicações religiosas, também, né, porque tem ali alguns livros que são livros religiosos, e a educação, né, então eram três, e a geografia, que é a área de atuação do Baba. Inclusive a geografia com interface com religião. Então esse foi o primeiro primeiro momento, né, a gente não sabe muito bem o que o pai Joaquim quer e vamos fazer a editora. Eu já entrei

como editora chefe desse negócio. Entã tô lá desde sempre e a editora era uma coisa, assim, muito pequena ainda, né, quando começou, tal, e acho que é importante falar da editora, porque o gatilho, né, para as outras ações acabou sendo a editora. Então, a gente começou com Editora, aquela coisa muito pequena... Na época, na casa, éramos eu, Kolygnon, Baba Anderson, a Keila, o José Henrique e o Pedro, né, lembro que o José Henrique o Pedro trabalharam na época na diagramação dos livros. Mas era assim, né, um livro aqui e um livro ali, aquela coisa esporádica. Hoje a gente tá assim, a editora se tornou conhecida, a gente tem bastante demanda. (MARCELINO, Mical)

Mical traz a informação de que foi uma orientação espiritual do Pai Joaquim, mentor espiritual da Umbanda. No início não entenderam bem como seria essa atuação, mas acabaram por criar a editora comunitária, buscando democratizar os saberes da universidade e, claro, com foco nos saberes que interessavam a comunidade do terreiro também, como religião e geografia, que é a formação de Anderson. Ela ainda informa que a editora começou pequena e hoje já está bem maior, com a demanda aumentando.

É interessante comparar a fala de Mical com a de Anderson. Anderson em momento algum menciona que houve uma orientação espiritual de trazer a questão educacional para dentro do terreiro, talvez por entender, enquanto pesquisador, que isso não seria tão relevante para um trabalho acadêmico por ser “impossível de provar”.

A nossa meta no trabalho não é realizar proselitismo religioso, dessa forma estamos mencionando o que foi trazido pela entrevistada. Não podemos afirmar que a informação é verdade absoluta, mas também não podemos afirmar que é uma “mentira” ou uma mera “divagação”. Para nós isso não é importante. Não buscamos provar nenhuma manifestação espiritual ou validar, mas apenas trabalhar com o que foi narrado pelos entrevistados.

É interessante trazer a subjetividade dessas pessoas envolvidas com a educação para que possamos, de certa forma, lidar com problemas que dizem respeito a materialidade do ensino, problemas que seriam difíceis de serem retratados com documentos escritos. A ideia foi realmente trazer as impressões, anseios e perspectivas dos sujeitos envolvidos.

Percebemos como, para esses professores, é fundamental e necessário que se trabalhe a cultura afro-brasileira dentro da escola, que se valorize esses saberes tradicionais, que se lute contra o racismo, pois é uma forma significativa de avançarmos na cidadania das pessoas negras no Brasil, buscando evitar a evasão escolar, evitar uma educação eurocêntrica que foque essencialmente no homem branco europeu.

Muitos desses sujeitos racializados, como os entrevistados nos contam, as vezes falham em se adequar as normas da instituição escolar, mas são líderes dentro de alguma manifestação cultural e religiosa, como o Congado ou o Candomblé. Não seria a hora de questionar se essa instituição escolar faz sentido para esses sujeitos?

É interessante também notar algumas práticas mencionadas pelos professores, ou até mesmo a ideia de que os alunos tem cada vez mais trazido essas questões pra escola, se sentindo mais confortáveis em falar sobre, a medida que a escola aborda também esses conteúdos. É necessário que se trabalhe sim na escola, e é importante que se trate também em cursos de formação de professores, seja formação inicial ou continuada, de forma a combater a ignorância e o preconceito sobre o assunto.

Santos (2015), já mencionado na introdução, acredita que esses conteúdos em sala de aula ajudam a criança negra a formar sua identidade, respeitando a lei que diz que o ensino de sua cultura na escola é obrigatório. Para o autor, construir a cidadania desses sujeitos de forma positiva é promover os Direitos Humanos dentro do que a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 propõe.

Para nós, é necessário que a discussão avance para além dos Direitos Humanos, que são uma ideia universalista ligada ao homem branco europeu, o que para nós é insuficiente para dar conta do problema.

Acredito que apenas promover os Direitos Humanos não seja o suficiente, pois tal conceito esta de pé há 72 anos e não conseguiu promover a paz, não conseguiu cessar com o racismo, com as guerras de dominação, com toda a colonialidade do poder imposta pelos europeus. O próprio criador do problema não pode solucioná-lo. Amparado nas reflexões de Grossfoguel (2016) entendo que os direitos humanos na perspectiva da ONU servem apenas ao poder norte-cêntrico, não fazendo tanto sentido quanto trazemos para as nossas lutas coletivas.

Nesse sentido, nossa perspectiva é a mesma de Catherine Walsh (2009), é pensar esses saberes subalternizados através de uma interculturalidade crítica, com uma pedagogia e práxis orientadas para o questionamento, transformação e intervenção no mundo, criando condições distintas, promovendo mais justiça social, buscando descolonizar saberes. Além de ser uma exigência legal, estudar estes saberes afro-brasileiros é também uma forma de afirmação da autoestima e de promoção da cidadania de pessoas negras, como bem citado pelos entrevistados.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro do Candomblé, tudo que é ensinado é passado do mais velho ao mais novo por meio da oralidade. No século XXI somos bombardeados com cursos, apostilas, livros e várias coisas que se propõe a revelar os segredos da religião, ou ensiná-los, mas nada disso muda a forma de se transmitir conhecimento dentro da religião, visto que esta parte do pressuposto que o Axé e o conhecimento só são passados de quem os detém para quem não detém.

Ao afirmarmos que no Candomblé se ensina, estamos dialogando com Eduardo Quintana (2016) que afirma ser esta religião um grande exemplo de como as comunidades e grupos religiosos se socializam e aprendem. Logo, a educação não está limitada somente aos muros da escola.

O autor nos fala que este aprendizado se dá no dia a dia, em participar das funções e dos ritos religiosos, observar e em ter mérito. Então, é um processo que não se dá de forma linear, não possui um currículo. Alguns podem aprender mais sobre algo, e outros menos, dependendo de suas funções e de idade, ou até mesmo do merecimento. Há também a limitação do dinheiro, pois se o adepto não dispõe de dinheiro para participar da cerimônia de iniciação, ele também não terá acesso a conhecimentos mais específicos.

As práticas de ensinar dentro do Candomblé foram herdadas dos ancestrais africanos e são preservadas num complexo processo de perpetuação e transmissão de saberes que envolve as relações cotidianas da casa. “A aprendizagem dependerá da participação do indivíduo em trocas e processos socioculturais no interior do grupo ou comunidade religiosa” (QUINTANA, 2016, p. 39) e se dá em três ciclos, que são o Ciclo do Abia, Ciclo do Iaô e Ciclo do Ebômi.

O Ciclo do Abiã compreende o processo de chegada do filho de santo ao terreiro, familiarização com a religião, as vezes passa por alguns rituais, ebós, mas nada muito complexo. Nesse momento ele não tem autoridade na casa, fala pouco e escuta mais, não manipula elementos religiosos. Ele encerra esse ciclo com a iniciação, que o passa para o Ciclo do Iaô, marcado por 7 anos de duração.

No Ciclo do Iaô, quando o noviço é raspado e passa por uma série de rituais, normalmente alocados num período de três semanas recolhido dentro do terreiro, o praticante passa a ter mais responsabilidade dentro da casa. Ele precisa estar presente nas festividades, precisa ajudar o sacerdote, aprender a cultuar seu Orixá pessoal,

aprende a rezar, cantar, manipular algumas folhas, fazer comidas de santo, tratar os animais que são mortos para fins de alimentação. Durante o Ciclo do Iaô, o mesmo passará por uma obrigação de um ano, três anos e sete anos, completando assim seu ciclo e passando a ser Ebômi, que significa “meu irmão mais velho”.

O Ciclo do Ebômi compreende a maioria religiosa. Ao se tornar Ebômi, a pessoa geralmente aprende a jogar búzios, ganha algum cargo ou função dentro do terreiro, ganha a missão de abrir sua própria casa, aprende de forma mais aprofundada fundamentos da religião, como manipular folhas mais específicas. O Ciclo do Ebômi vem carregado de responsabilidades, pois como este já tem experiência e já sabe algo, deve ajudar o sacerdote e também se comprometer a ensinar os mais novos.

O ciclo acima descrito compreende a aprendizagem dos rodantes, as pessoas que manifestam a energia do Orixá dentro do espaço religioso. Segundo a crença religiosa, algumas pessoas não tem a faculdade da manifestação, que são os Ogãs e Equedes. Logo, estes se dedicam a cuidar dos manifestados, e o ciclo destes é separado somente pelo momento de confirmação. Não raspam o cabelo, nem participam dos mesmos rituais que os Iaôs, mas possuem importância fundamental no culto, pois os Ogãs tocam os atabaques, dão o ritmo, cuidam do espaço físico, recebem as pessoas; enquanto as Equedes cuidam dos Orixás, os vestem, limpam o rosto, dançam com eles, entre outras funções.

Notamos, então, que a forma de se aprender e ensinar dentro do Candomblé, que traz aspectos das culturas africanas das quais ele descende, é bem diferente do que é colocado nas escolas hoje em dia, com um currículo predominantemente eurocêntrico e capitalista. Obviamente as relações econômicas também perpassam o terreiro, até porque este não está descolado do mundo capitalista.

Jose Renato de Carvalho Baptista (2005) afirma, existem ambiguidades dentro do Candomblé devido ao uso do dinheiro ou comércio e bens. É certo que se trata de um padrão ético distinto das demais religiões, e nem sempre a cobrança visa o lucro, visto que essa relação com a “clientela” visa cobrir os gastos feitos com ebós, oferendas, despachos. Baptista cita situações em que há constrangimento por parte de clientes, ou filhos de santo⁷, devido as cobranças, que só conseguem ser compreendidas por laços de confiança e intimidade entre o sacerdote e seus filhos e clientes.

⁷ O autor cita a cobrança do Jogo de Búzios (que gera questionamento entre clientes), bem como um caso específico no qual um noviço se iniciando na religião paga mais pelo “chão” do terreiro do que sua irmã de barco, por ter mais dinheiro.

No entanto, o dinheiro usado dentro do Candomblé está mais relacionado ao fato de ter acesso a certos itens religiosos para realizar os rituais necessários, algo que acaba precisando de dinheiro, não sendo este mediador das relações e hierarquias dentro do espaço religioso.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. II – A entrevista. In: _____. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: FGV, p. 45-152, 1989.

ALBERTI, Verena. Fontes orais: histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla B. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 155-202, 2010.

GROSFUGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, Volume 31, Número 1 Janeiro/Abril 2016.

MCLAREN, Peter. Desconstruir a condição branca, repensar a democracia: cidadania crítica na gringolândia. In: **Multiculturalismo revolucionário: pedagogia do dissenso para o novo milênio**. Artmed: Porto Alegre, 2004, p. 237-289.

PARÉS, Luis Nicolau. **A formação do Candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. **Revista Tempo**. Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, vol 1, nº 2, dez. 1996. Rio de Janeiro, Relume Dumará, p. 63-71

PORTELLI, Alessandro. O que faz a História Oral diferente? **Projeto História**, São Paulo, 14 ed, fev. 1997, p. 25-39

QUINTANA, Eduardo. **Èkóólé: no Candomblé também se educa**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

SANTOS, Erisvaldo Pereira dos. **Formação de professores e religiões de matrizes africanas: um diálogo necessário**. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

VERGER, Pierre. Orixás: **Deuses iorubás na África e o novo mundo**. Salvador: Fundação Pierre Verger, 2018.

(Recebido em agosto de 2023; aceito em setembro de 2023)